

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

BRENDA CRISTINA BEZERRA CARDOSO

**REFLEXÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO ACERCA DO
TRABALHO INFORMAL FEMININO**

Juazeiro do Norte
2019

BRENDA CRISTINA BEZERRA CARDOSO

**REFLEXÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO ACERCA DO
TRABALHO INFORMAL FEMININO**

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Graduação em Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito para a obtenção do grau de
bacharelado em Psicologia.

Orientador: Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima

Juazeiro do Norte
2019

BRENDA CRISTINA BEZERRA CARDOSO


**REFLEXÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO ACERCA DO TRABALHO
INFORMAL FEMININO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do curso de Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para
obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 02/12/2019

BANCA EXAMINADORA


ITALO EMANUEL PINHEIRO DE LIMA
Orientador(a)


LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES
Avaliador(a)


FERNANDA CÂNDIDO SANTOS EUZÉBIO
Avaliador(a)

REFLEXÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO ACERCA DO TRABALHO INFORMAL FEMININO

Brenda Cristina Bezerra Cardoso¹
Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima²

RESUMO

As transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho implicam mudanças no cotidiano das mulheres que vivenciam tais metamorfoses. Atualmente a configuração brasileira, no setor informal da economia é caracteristicamente ocupado por atividades de caráter precário, e com grande contingente feminino, sendo um cenário fértil para reflexões de interesse da Psicologia Social do Trabalho. A partir disso, foi realizado uma pesquisa de campo, exploratória, e de caráter qualitativo, ao qual o método de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, sendo aplicada em 4 (quatro) mulheres, que desempenham atualmente alguma atividade econômica informal, maiores de 18 anos, que residem na região metropolitana do Cariri, com o objetivo de compreender, a partir dos relatos das mesmas, como o trabalho informal atinge as suas subjetividades. A partir da análise de conteúdo observou-se que o trabalho informal é uma atividade que interfere em outras esferas do cotidiano das trabalhadoras que estão inseridas nesse segmento da economia.

Palavras-chave: Trabalho informal. Mulher no trabalho informal. Psicologia social do trabalho.

ABSTRACT

The transformations that are taking place in the labor market imply changes in the daily life of the women who experience those changes. Currently, the Brazilian configuration in the informal labor sector of the economy is marked by precarious work conditions, composed mostly of women, that is fertile for reflexions of interest Social Psychology of Work. With this in mind, an exploratory research was conducted in the field, with qualitative character, where the method of collecting data used was the half structured interview, applied with 4 (four) women, that now work in an informal economical activities , over 18 years old, that reside in the Cariri metropolitan region, with the intent of understanding, with their reports, how the informal labor affect their subjectivities. Starting from the analyses of the content it was observed that the informal labor is an activity that interferes in others spheres of the daily lives of those workers which are inserted in this segment of the economy.

Keywords: Informal work. Women in the informal workplace. Social Psychology of Work.

1 INTRODUÇÃO

A informalidade se apresenta em todos os países, entretanto, em países desenvolvidos é considera residual, porém, nos países em desenvolvendo é vista como um fenômeno característico, o qual representa a realidade do Brasil. Uma pesquisa feita pela OIT

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: brendacristiina300@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: italo@leaosampaio.edu.br

Organização Internacional do Trabalho (2018), no ano de 2018 mostra que as mulheres ocuparam 4,6% empregos informais mais do que os homens nos países em desenvolvimento.

Ao realiza uma simples investigação, observa-se uma clara iniquidade no que se refere a divisão de gênero no trabalho. Como foi corroborado na pesquisa da OIT, as mulheres se apresentam em maior número em trabalhos informais, considerados como uma forma de trabalho vulnerável. Com isso, além da jornada de trabalho, as mesmas ainda continuam com a responsabilização dos cuidados e tarefas domésticas, as quais não são remuneradas, e exigem das mulheres dedicação. E com isso, no final do dia as mulheres têm realizado múltiplas jornadas de trabalho.

Diante disso, o intuito dessa pesquisa é apresentar uma análise de conteúdo qualitativa dos discursos das próprias trabalhadoras informais, através de uma entrevista semiestruturada, para atingir o objetivo geral, que é compreender como o trabalho informal atinge a subjetividade de mulheres inseridas nesse seguimento da economia. E como objetivo específico, apresentar um recorde histórico-cultural a partir da revolução industrial, que é um marco de suma importância para a compreensão das mudanças ocorridas no trabalho, pois, a partir dele, ocorreram modificações significativas no âmbito laboral, entre elas, espacial e temporal, sendo considerado um modelo predominante da época. Entretanto, além desse modelo ainda existia os modelos residuais, contudo, o problema se apresenta quando esses modelos residuais sobressaem, por conta da vulnerabilidade que os mesmos expressam, tendo como exemplo, o trabalho informal.

Tendo como objetivo específico também, elucidar a definição de trabalho informal e mostra-lo enquanto modelo impulsionado pelas atuais configurações do mundo do trabalho, com um espaço ocupado de forma precarizada e em grande parte por mulheres. Dessa forma, atingir o último objetivo específico, que é compreender como a psicologia social do trabalho analisa as dimensões temporal e espacial como elementos influentes na construção da subjetividade da trabalhadora.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A INSERÇÃO DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

A Revolução Industrial iniciou-se na Inglaterra, em meadas do século XVIII, e logo após se expandiu para os outros países. É considerada como marco histórico, onde alterou

drasticamente, a natureza, recursos materiais, a organização social, cultural, a civilização, a atividade política e gerando o início da distinção internacional do poder e da riqueza, se apresentando com diferenças crescentes entre países avançados e atrasados. (AIZPURU; RIVEIRA, 1994).

De acordo com esse fato também ocorreram mudanças na compreensão do trabalho, pois o trabalho era considerado apenas uma atividade realizada para a obtenção de um produto final, entretanto, como citado por Marx (1867/1968) com o trabalho o homem desenvolveu sua humanização, sendo dessa forma inviável descrever a existência humana sem a atividade produtiva. A partir disso, o trabalho ocupa uma posição de auto realização na vida dos sujeitos.

O início da Revolução Industrial é marcado por inovações técnicas, em setores de produção de bens, e mudanças na sua organização, bem como, o aumento significativo da produção. A expansão industrial obrigou um grande número de trabalhadores, que trabalhava em casa, com trabalho artesanal, e muitos que trabalhavam no campo, a trabalhar no setor fabril, modelo o qual, foi se tornando hegemônico na época. Entretanto, os trabalhadores tinham uma baixa remuneração, e, um aumento no ritmo e na duração do trabalho, para conseqüente aumentar a produção dos produtos. (AIZPURU; RIVEIRA, 1994).

A inserção das mulheres nesse âmbito fabril, foi como uma forma de complementar a renda familiar, já que os salários dos homens estavam baixos, e sozinhos não sustentariam a família. Porém, além das mulheres receberem salários menores do que os dos homens, elas também não deixaram as atividades domésticas, e com isso, realizam pelo o menos duas jornadas de trabalho. (BOTTINI; BATISTA, 2013). As atividades que as mulheres se apresentavam em maior número, era na produção têxtil, realizando atividades manuais, como, bordado e renda. (AIZPURU; RIVEIRA, 1994).

Segundo Teixeira (2009) nas fábricas a maioria das mulheres eram inseridas em funções que não necessitava de qualificações, pois, julgavam que as mulheres não tinham conhecimento técnico para funções superiores, como, de supervisionar os serviços. Essas eram uma das justificativas para a divisão do trabalho. Todavia, é importante ressaltar que as mulheres não tinham acesso a educação como os homens, dificultando que as mesmas tivessem as qualificações necessárias.

Na virada do século XX, o movimento taylorismo se inicia, com estudos realizados por Taylor junto com os trabalhadores, para que os gestos e comportamentos realizados pelos operários fossem minimizados, para o maior aproveitamento dos movimentos e do tempo

no processo produtivo (SERPA, 2007). Entretanto, com o início da Primeira Grande Guerra Mundial o mundo deixa de focar no trabalho e foca na guerra.

Na Primeira Grande Guerra Mundial, nos países, Alemanha, França e na Inglaterra, parte significativa das mulheres, estavam desempenhando funções, de enfermagem, trabalhos industriais, de confecção na produção de uniformes de soldados, paraquedas e outros produtos têxteis, sendo solicitadas também a ficar na rua para direcionar a população para lugares seguros, sem parar com as atividades do seu trabalho. Essas atividades eram realizadas, em troca de uma refeição, ou uma quantia de dinheiro, menor do que os homens recebiam quando realizam as mesmas atividades. No final da Primeira Grande Guerra Mundial e com a volta dos homens, as mulheres voltam a realizarem as atividades que faziam anteriormente a guerra, como, atividades domésticas e trabalhos considerados femininos. (TEIXEIRA, 2009).

Entretanto, com o início da Segunda Grande Guerra Mundial, as mulheres que antes ocupavam apenas cargos que eram eminentes femininos, por exemplo, em salões de beleza, começam a ocuparem cargos em maior número no setor fabril, que eram realizados por homens que estavam na guerra. Começaram a terem salários maiores, porém, ainda não eram os mesmos valores que os homens, mesmo desempenhando as mesmas funções, tendo uma diferença significativa no valor. Com isso fica notório a secundarização que as mulheres ocupam, ou seja, quando os homens não estão presentes elas ocupam os seus cargos. (SILVA, 2018)

Com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, o modelo taylorista-fordista atinge seu ápice, mesmo tendo iniciado no ano de 1914, no mesmo ano do início da Primeira Grande Guerra Mundial. Ford desenvolveu o movimento Taylorismo-Fordismo com o aprofundamento nos princípios de Taylor, e com isso introduziu novos sistemas de maquinários, com maior complexidade e aperfeiçoamento, e com isso diminuindo o esforço físico destinado a linha de montagem, o aumento da produção, e com uma menor quantidade de trabalhadores. Levando os trabalhadores a cada vez mais se especificarem e serem racionais no processo de produção. Os procedimentos cobrados por esse modelo fazem com que os trabalhadores foquem só no seu trabalho, e não se disponibilize nem para ter conversas com os seus colegas de trabalho. Com isso os trabalhadores começam a se organizar de uma perspectiva política por melhores condições de trabalho. (SERPA, 2007)

A partir disso, chega ao fim da era industrial, e se inicia a pós-industrial, que reporta-se a uma transformação das estruturas ocupacionais, nas quais o capital passa a dar maior relevância á aspectos do conhecimento, relacionamento pessoal, ideias e inovação. (SASON, 2009). De acordo com Rifkin (2001, p.04 apud SASON, p.71, 2009):

O capital intelectual é a força propulsora da nova era, e muito cobiçada. Conceitos, ideias e imagens – e não coisas – são os verdadeiros itens de valor na nova economia. A riqueza já não é mais investida no capital físico, mas na imaginação e na criatividade humana. (RIFKIN, 2001, p.04 apud SASON, p.71, 2009)

Segundo Serpa (2007) em consequências dessas inovações tecnológicas e das novas formas de gerenciamento dos trabalhadores, bem como, dos processos de trabalho, firmaram novas formas de contratação, com carácter mais flexíveis, como, o trabalho temporário, a subcontratação, entre outras configurações de precarização e relação de trabalho, que teve impacto nos direitos trabalhistas, que tinha sido conquistado ao longo do século XX.

Com essas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, conseqüentemente ocorre mudanças na organização e participação das mulheres no mesmo, de acordo com Costa (2004) várias pesquisas que foram realizadas na América Latina, mostram que a presença das mulheres no mercado de trabalho, no período do ajuste estrutural se apresenta de forma crescente e variada, onde as mesmas se mostram presente nas indústrias, entretanto, com um contínuo crescimento nos setores de comércio e serviços. Com isso, observa-se que houve uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, entretanto, em funções que são caracterizadas como femininas.

Outra mudança ocorrida é o acesso da mulher a educação, de acordo com Costa (2018) no Brasil, na década de 90 para os dias atuais, o acesso das mulheres no âmbito educacional vem aumentando, possuindo uma maior taxa de inserção, continuação e conclusão das etapas de estudos do que as dos homens. Com isso, mostra o avanço educacional, que gerou avanços também nas relações e posto de trabalhos ocupados pelas as mulheres.

Entretanto, esses avanços foram conquistados pelas as mulheres. Um grande fator que impulsionou as causas feministas foram os movimentos feministas. Segundo Alves e Alves (2013) os movimentos feministas tiveram início na década de 60, nos Estados Unidos e depois se expandiram para outros países do Ocidente. Esses movimentos eram uma forma de expressão coletiva de demandas das mulheres, que participam ou não dos movimentos. Com o objetivo de equiparar a mulher ao homem, em busca da igualdade em várias esferas, como, a política e a social. Iniciou-se com pequenos grupos de mulheres, mas logo foi criando visibilidade da mídia e de esferas governamentais, fazendo com que a mulher conquistasse vários direitos, como ao voto, a educação, ao trabalho, entre outros.

Contudo, mesmo considerando como relevante o progresso da condição feminino no mundo do trabalho, existe a manutenção dos paradigmas sobre a divisão sexual do trabalho,

ainda são evidentes os indícios de tratamento diferenciado entre trabalhadores homens e mulheres, denotando na condição feminina, características mais precárias, bem como, da ocupação do espaço reprodutivo para a mulher. Além disso, como anteriormente citado, as áreas que são consideradas como femininas continuam sendo notoriamente ocupadas por mulheres. (MEDEIROS, 2007)

Segundo (PEREIRA, et al., 2005) vários estudos demonstram que as mulheres recebem menores salário do que os homens, mesmo apresentando características iguais, como o nível de escolaridade. A história da inserção da mulher no mercado de trabalho se apresenta com avanços e estagnações, exemplos desses processos são, a continuidade do emprego considerado feminino, como, o trabalho doméstico, e dos avanços, são elucidados a partir das mudanças ocorridas, onde a mulher ocupa postos de trabalhos considerados antigamente como masculinos.

De acordo com Pereira et al., (2005):

No Brasil, o desemprego feminino fica sempre acima do masculino (10%) e a informalidade é mais alta entre as mulheres. Apenas 36% estão no mercado formal. Para a grande maioria de mulheres, faltam postos de trabalho de boa qualidade. Além disso, as mulheres trabalham mais do que os homens. Na verdade, o uso do tempo da mulher é muito diferente do homem. O tempo remunerado é maior entre os homens e o não remunerado é maior entre as mulheres.

Como citado anteriormente à inserção dos trabalhadores de forma geral se apresenta de forma precária, entretanto, é notório que a inserção da mulher no mercado de trabalho foi e continua sendo mais precária que a do público masculino, mesmo com as mudanças ocorridas no decorrer dos anos, ainda são evidentes as desigualdades, como, questões salariais e jornadas de trabalho, pois as mulheres ainda são responsáveis pelas as atividades domésticas. Diante disso apresentaremos no próximo ponto uma discussão com o foco no trabalho informal o qual a mulher se apresenta em maior número no Brasil.

2.2 TRABALHO INFORMAL: PÚBLICO FEMININO COMO MAIORIA

Antes de ser discutido sobre o conceito de trabalho informal, que é o foco em questão, é necessário discorre sobre a definição do conceito trabalho, para então compreendermos o significado do trabalho informal. Segundo Coutinho (2009 apud NEVES et al., 2018) ao nos referimos ao trabalho, estamos falando de uma atividade desenvolvida pelo o homem, que pode ser realizada de forma individual ou coletiva, se apresentando de forma complexa e

dinâmica, podendo ter um caráter social e transformador, que difere de qualquer outra prática realizada por outros animais, pelas suas características reflexivas, intencionais, conscientes, ferramentas utilizadas e questões morais envolvidas no mesmo.

De acordo com Neves et al.(2018):

A palavra “trabalho” é compreendida como atividade profissional, remunerada ou não, produtiva ou criativa, exercida para determinado fim. Embora as definições de dicionários possam derivar da ideia de um trabalho fruto de acontecimentos históricos, estão intrinsecamente associadas ao discurso ideológico de suas épocas. (NEVES et al., p. 320, 2018)

O trabalho é dividido em duas categorias em relação ao vínculo laboral, que seriam os trabalhos formais e informais, segundo Noronha (2003) o trabalho formal no Brasil tem como principal característica a carteira de trabalho, que por durante muitos anos, era usada como identidade ou uma forma de garantir o crédito ao consumidor, na atualidade, popularmente é o compromisso do patrão de seguir a legislação do trabalho e questões contratuais, mesmo que na realidade não seja uma garantia completa, pois existem os que não seguem o que é acordado, e estabelecido pela a legislação. Segundo o mesmo autor, o conceito “informalidade” está diretamente ligado a definição da “formalidade” e pode variar de acordo com cada país, região, e também entre outras divisões e categorias de trabalho. No Brasil essa categoria de trabalho é compreendida como uma dificuldade econômica e social, dado que é considerado como uma quebra do padrão, que deveria ser considerado único e dominante, o modelo contratual “formal”.

Segundo Noronha (2003) a primeira referência a essa atividade laboral, que é o trabalho informal, foi em uma pesquisa realizada na África pela a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no ano de 1972, apresentando ambiguidades sobre o seu conceito, pois não é especificamente acadêmico, e sim, institucional. Essa terminologia é utilizada para descrever vastas situações.

Segundo Cordeiro (2011) o trabalho informal é considerado qualquer ocupação que não tem proteção social, estabilidade e garantias legais, ou seja, “não tem o registro do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ficando à margem das garantias e proteção da legislação trabalhista.” (CORDEIRO, p.24, 2011). Segundo o mesmo autor, vários trabalhos são considerados trabalhos informais, como, os trabalhos de artesanais, autônomos que vendem produtos ou serviços, de camelôs, serviços terceirizados e o que a empresa é pequena, e não têm condições de proporcionar os direitos trabalhistas dos seus empregados. Com isso, os trabalhadores acabam se sujeitando a esses tipos de trabalhos,

que são de longas jornadas de trabalho, sem a carteira de trabalho assinada e com baixos salários por não conseguirem encontrar trabalhos em melhores condições.

Trazendo uma perspectiva histórica no contexto do Brasil, segundo o Bettio (2009) o trabalho informal está presente no país há muito tempo, fazendo um recorte para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, no século XIX, observa-se que os trabalhadores que eram escravos teriam que buscar formas de sobrevivência e realizar atividades lucrativas, pois o estado financiou a imigração, favorecendo em detrimento dos trabalhadores nacionais. Segundo o mesmo autor, nos anos de 1930 a 1980 o país se transformou pelo o processo de urbanização e modernização, onde houve uma maior concentração de pessoas nas cidades que tinham maior número de fábricas, gerando assim uma superlotação, fazendo com que um grande número de pessoas, ficasse sem emprego e um lugar de subsistência.

A partir do ano de 1990 o Brasil estabelece um novo modelo de trabalho, com intuito de querer acompanhar os quesitos competitivos internacionais, que exige maior qualificação dos trabalhadores, e um menor número de trabalhadores, por a tecnologia está mais presente. (MENEZES, DEDECCA, 2012). Com isso faz com que ocorra um crescimento no desemprego, e, que os trabalhadores que antes realizavam trabalhos formais, começam a buscar outras formas de trabalho, que seria o trabalho informal. (BETTIO, 2009)

Segundo Cordeiro (2011) o trabalho formal se apresenta de uma forma limitada, se apresentando em uma crise econômica, e com isso, o trabalho informal que já era presente e em maior número no Brasil, entretanto, com pouca visibilidade, passa a ser visto como uma solução, funcionando como estratégia para eximir o Estado e o capital financierista. Entretanto, essa solução pode ser eficiência em uma parte do ganho financeiro, porém, o trabalho informal é considerado precário, para melhor compreensão dessa afirmação, o autor Hirata (2000 apud MEDEIROS, 2017) descreve que o trabalho precário é aquele que a remuneração instável e baixa, com poucas possibilidades de promoção e de uma carreira, apresentando também a diminuição dos direitos sociais. O público que está inserido em maior número nesse segmento da economia é o feminino, se apresentando como vítimas da precarização desse setor, com ausência de direitos trabalhistas, expostas e mais suscetíveis a doenças ocupacionais, entre outras vulnerabilidades. De acordo com Cordeiro (2011):

O contingente feminino alcança mais de 40% da força de trabalho em vários países avançados, mas tem sido absorvido, especialmente, no universo do trabalho precarizado e desvalorizado, isto é, a maior parte das mulheres por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho formal, busca na informalidade uma forma para sua sobrevivência, mesmo diante da completa

falta de direitos trabalhistas, que consiste no principal atributo do trabalho informal. (CORDEIRO, p. 36, 2011)

Ou seja, é vigente a divisão sexual do trabalho, onde o capitalismo corrobora com tal. A mulher que está inserida nesse segmento da economia, além da ausência de direitos trabalhistas, ainda realizam múltiplas jornadas de trabalho, como, as atividades domésticas e, cuidados com os filhos, que foram atividades naturalizadas como responsabilidades das mulheres. O que mostra que essa segregação, está presente em várias esferas, como, culturais, econômicas, entre outras. (MEDEIROS, 2017)

2.3 PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO

Segundo Sato (2003) a psicologia abordou as organizações e o trabalho a partir de duas perspectivas. A primeira que é denominada como Psicologia do Trabalho e das Organizações que tem como interesse, os problemas e questões que envolvem interesses da gerencia, empresariais e o capital, articulando assim com a administração e engenharia. Atualmente, continua com o mesmo interesse, focando em técnicas e pesquisas para recrutar, selecionar e treinar pessoas, através da ciência do comportamento.

A segunda que é denominada como Saúde do trabalhador, tem como objeto de estudo os problemas humanos no âmbito do trabalho, partindo da saúde coletiva, com a psicologia social da saúde, com foco nos trabalhadores e as suas unidades de representação, pois a compreensão do trabalho é fundamental para o processo de saúde-doença (SATO, 2003). Sendo instruída pela a psicologia social, que se importa com os problemas humanos e sociais no trabalho, sendo esses dentro ou fora das organizações, que se “interessa compreender fenômenos como: identidade, processos de interação social, processos de percepção e de cognição social e a subjetividade.” (SATO, p.168, 2003). A partir dessa segunda perspectiva se caracteriza a Psicologia Social do Trabalho.

A Psicologia Social do Trabalho (PST) é uma psicologia social que tem foco nos fenômenos e problemas relacionados ao trabalho. Foi constituída recentemente há cerca de três décadas, em um contexto de redemocratização no país e de procuras em leitura da psicologia social focada em esclarecer os problemas da nossa sociedade. (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017). De acordo com os mesmos autores:

Em síntese, o estudo e a intervenção na perspectiva da PST devem ter lentes dirigidas, simultaneamente, ao macro e ao micro; ao singular e geral; ao individual e ao coletivo; ao subjetivo e ao objetivo; ao mundo material e ao

simbólico. Tais dimensões não devem ser vistas como dicotômicas. Ao contrário, o olhar deve considerar, sobretudo, a relação entre elas. (SATO; COUTINHO; BERNARDO, p.15, 2017)

Os autores Esteves, Bernardo e Sato (2017) realizaram uma síntese dos fundamentos das práticas em Psicologia Social do Trabalho, que seriam esses, um compromisso ético com os trabalhadores, reconhecendo que os trabalhadores são sujeitos sociais e com conhecimento, compreensão do trabalho além do caráter operativo, ou seja, compreender o trabalho a partir de categorias estruturais e de processos simbólicos, o reconhecimento do real e das aspirações e reivindicações dos trabalhadores, como uma forma de busca por melhoras, e também, “assumir uma leitura sócio histórica na qual o concreto-particular-cotidiano ajuda a entender o abstrato-universal-histórico, e vice-versa.” (ESTEVES, BERNARDO E SATO, p.75, 2017)

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória de caráter qualitativo. A abordagem em questão, pretende compreender uma realidade particular, apresentando um forte comprometimento com a transformação social, através da autorreflexão e da ação emancipatória, que almeja estimular nos próprios participantes da pesquisa, pois supõe-se que a atual pesquisa irá entrar em contato com processos de subjetivação das trabalhadoras (FRASER; GONDIM, 2004).

Diante disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas. Tendo como objetivo compreender os fenômenos ocorridos a partir do discurso das trabalhadoras, sendo utilizado um roteiro flexível, onde tópicos podem ser excluídos ou acrescentados, a depender da dinâmica do momento. (BAPTISTA; CAMPOS, 2018). Com o intuito de se aproximar da realidade da trabalhadora. O público alvo da pesquisa são 04 (quatro) mulheres, maiores de 18 (dezoito) anos, que atualmente desempenham trabalho informal, e residem na região metropolitana do Cariri e que assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Entre as quatro entrevistadas, três se apresentam em setor de comércio, entre dois a oito meses na atividade, e uma no setor de serviço, desenvolvendo a atividade há dois anos.

O método de seleção dos participantes é a amostragem em bola de neve, para garantir que a escolha seja feita de forma aleatória e ética. Constituindo-se como uma amostra não probabilística, utilizando cadeias de referências, ou seja, é selecionada uma participante que tem o perfil para a pesquisa, e essa mesma participante indica outras participantes que

possuem as mesmas características, e possivelmente podem ser dispor a pesquisa e assim sucessivamente. (VINUTO, 2014)

A análise dos dados será feita através da análise de conteúdo qualitativa proposta por Bardin (1977), que de acordo com o autor a abordagem leva em consideração as significações apresentadas pelos sujeitos, a forma circunstancial, e a distribuição destes conteúdos e formas. Demonstrando a relevância de compreendermos, descrevermos e explicarmos os fenômenos e como eles são, em suas interações e contextos naturais para que as hipóteses e conceitos sejam debatidos no decorrer da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já elucidado anteriormente, o objetivo dessa pesquisa, é compreender a partir dos discursos das trabalhadoras informais, como o trabalho informal atinge a subjetividade de mulheres inseridas nesse seguimento da economia. Com isso, foi realizado uma análise de conteúdo proposta por Bardin, com as 4 (quatro) entrevistas semiestruturadas das trabalhadoras do setor informal. Com intuito de atingir os objetivos traçados foram definidas 4 (quatro) categorias, que são elas: 4.1 IDENTIDADE E TRABALHO; 4.2 INFORMALIDADE X FORMALIDADE; 4.3 INFORMALIDADE COMO “LIBERDADE”; 4.4 TRABALHO E COTIDIANO, que serão melhores exploradas abaixo.

4.1 IDENTIDADE E TRABALHO

De acordo com Soto (2012, p. 03 apud COUTINHO; OLIVEIRA, p.95-96, 2017).

[...] a construção identitária se ancora no social e, dependendo da perspectiva de análise, seus processos são preferencialmente narrativos, discursivos, de interação com as estruturas ou de ação no sistema. Insere-se nos espaços de fronteira e referência mútua entre as identidades, pessoais e coletivas, e sempre apela, simultaneamente, à herança e ao projeto. (SOTO, 2012, p. 03 apud COUTINHO; OLIVEIRA, p.95-96, 2017).

Com isso, é notório que o processo de identidade é atribuído a partir das vivências das trabalhadoras e do contexto aos quais as mesmas estão inseridas, assim, observa-se a variação na identificação no discurso apresentado por elas. As entrevistadas não denominarem as atividades por elas realizadas como trabalho informal, podendo ser analisado, como uma falta de identificação com o trabalho informal, ou até mesmo como um trabalho, como o relato da entrevistada: “... não acho que seja um ‘*hobby*’, porque eu preciso daquele dinheiro, e aí eu

não faço por diversão, mas eu não tenho um nome certo que eu coloque, mas assim, não sei. (E 01)”. Havendo a possibilidade de ser uma estratégia de diminuir a responsabilidade diante da atividade desenvolvida, como, por exemplo, quando a trabalhadora denomina a sua atividade como “*Hobby*”, quando em sua fala relata: “Então, ultimamente é ‘*hobby*’, assim, inicialmente está sendo ‘*hobby*’, porque eu não sei se futuramente vai dá certo, né?!... Essa foi uma forma pra arrumar um dinheiro extra, por enquanto que eu não trabalho, entendeu?” (E 02). Entretanto, ao ser atribuído um ganho monetário na atividade, suponha-se, que não seja mais um “*hobby*”, como a mesma define, pois existe uma responsabilização de teor financeiro diante da atividade.

Outro conceito atribuído por uma das entrevistadas foi o de empreendedorismo. “o trabalhador informal, mais que um excluído do mercado, seria então um empreendedor por necessidade” (LIMA, 2010, p. 175). Onde a mesma relata:

Acho que é um empreendedorismo, sabe?! Uma atividade de empreender porque é.... algo que eu fui construindo, que eu fui estudando, sobre isso, que eu fui usando minhas habilidades e tudo, e gera lucro, que é o princípio do empreendedorismo. (E 04)

Com isso, observa-se que há uma naturalização e embelezamento do precário, ou seja, a trabalhadora passa de uma atividade de informalidade, sem direitos trabalhistas, para uma iniciativa, uma atividade de empreendedorismo, sendo uma forma mais aceita pela a sociedade.

4.2 INFORMALIDADE X FORMALIDADE

Muitas vezes a visão que se tem do trabalho informal é como “negativo do emprego formal” (Sato, 2011). E que as pessoas que estão no setor informal, não conseguem entrar no setor formal. Diante disso, foi perguntado as entrevistadas se elas aceitariam a proposta de um emprego formal. As entrevistadas E 02 e E 04, relataram que não aceitariam, com as seguintes justificativas: “... porque eu ‘to’ focada em seguir com a loja, entendeu?” (E 02) e “... então, eu tendo um trabalho formal, eu teria que cumprir a carga horaria completa, de segunda a sexta, de segunda a sábado, que eu teria que cumprir. E eu exercendo essa atividade de empreendedorismo, eu tenho uma flexibilidade...” (E 04). Com isso, percebe-se que o trabalho informal pode ser mais viável para algumas pessoas, como a entrevistada E 04, por a flexibilidade que ela precisa para conseguir conciliar com seus estudos, e para a E 02 por escolha, porém, não deixa de ser uma atividade precária.

Entretanto, em contraponto, as entrevistadas E 01 e E 03, aceitariam a proposta, com as seguintes justificativas, “... porque tanto eu iria ter a condição de voltar a pagar a faculdade sem pedir a ‘mainha’ e a ‘painho’, né? Como também ter minhas coisas, como eu sempre tive.” (E 01) e “...porque seria mais fácil de lidar, tendo uma renda fixa” (E 03). Os sentidos negativos atribuídos socialmente ao trabalho informal podem nutrir nas pessoas que se apresentam nesse segmento da economia, uma condição de inferioridade e desejo de sair, e com isso enxerga esse trabalho como uma condição provisória. (BENDASSOLLI; LIMA 2015). Com isso, pode ser visto que a escolha de voltar para a formalidade, seria como uma solução para a renda baixa e imprevisível que elas enfrentam.

4.3 INFORMALIDADE COMO “LIBERDADE”

O Trabalho informal é visto onde os trabalhadores podem ter mais autonomia e liberdade na organização do seu trabalho. (SATO, 2017). As entrevistas E 01, E 02, e E 03 apresentaram discursos semelhantes, como o da E 01 “Eu divido direitinho apesar do que eu não tenha uma hora certa para estar, mas eu sei a hora entendeu?”, a E 02 “não... Porque por ser online eu posso administrar de casa mesmo, no final de semana, se eu sair, se eu viajar, eu vou conseguir administrar, entendeu?!” e a E 03 “Não. Atrapalha não”. Porém, as entrevistadas que tiveram essa resposta têm de 2 (dois) a 8 (oito) meses na atividade, e por estarem a pouco tempo nessa atividade, podem apresentar uma das visões positivas atribuídas a informalidade, como apresentado por Bendassolli e Lima (2015) são vários os significados que são produzidos de forma institucional sobre a informalidade, entre eles, apresenta-la como um “paraíso” para a autonomia e, o empreendedorismo.

Entretanto, a E 04 que desempenha a atividade a 2 (dois) anos, apresentou um relato diferente: “...eu tenho uma flexibilidade, eu sei que essa flexibilidade muitas vezes, é algo que não é tão flexível...” (E 04) e em outra fala: ...então é assim, uma jornada bem longa para poder compensar os dias que eu não estou trabalhando e que eu estou na faculdade e acaba atrapalhando, as vezes eu não saio porque eu estou cansada, as vezes eu não dou atenção ao meu namorado porque eu estou cansada... (E 04). Podendo ser explicado pelo o seu tempo de trabalho, que por ter sido maior, já consegue ver os reflexos da sua atividade desenvolvida na sua vida cotidiano, como também, por realizar uma atividade diferente das outras, pois a E 04 desempenha atividades de serviços e as E 01, E 02 e E03 realizam atividades de comércio.

4.4 TRABALHO E COTIDIANO

De acordo com Coutinho e Oliveira (p.83, 2017) “... o cotidiano refere-se aos acontecimentos corriqueiros do dia a dia, os quais, mesmo em sua singularidade, relacionam-se com os processos sociais, mais amplos.” Um desses processos sociais, é o trabalho, e nesse caso, o trabalho informal, que se apresenta com uma condição precária, por apresentar instabilidade e baixos salários, e com isso, faz que os trabalhadores precisem realizar múltiplas jornadas de trabalho, para ganhar o necessário para suprir as necessidades de sobrevivência. (Oliveira, 2017). A partir disso o trabalho ocupa praticamente todo o seu tempo e investindo da sua produção subjetiva. O que é visto no discurso de todas as trabalhadoras entrevistadas, um exemplo é a E 04:

“... na segunda-feira eu trabalho, atendo de oito às três e meia, aí ‘pego’ o ônibus venho, para assistir aula de um curso de inglês que eu faço lá no centro, aí eu assisto e volto para Potengi, chego em torno de meia noite e meia, aí no outro dia, trabalho do mesmo jeito, de oito as três e meia, aí ‘pego’ o ônibus para a faculdade, aí na terça feira eu fico no juazeiro, eu fico porque na quarta e na quinta eu tenho estagio, na quinta-feira eu volto para Potengi para trabalhar na sexta, aí as vezes eu volto para a faculdade, e as vezes volto novamente para Potengi, aí no final de semana eu trabalho e no domingo eu tento colocar as coisas em dias da faculdade, , os tempos que sobram, na madrugada, no domingo, às vezes quando eu não trabalho é destinado a faculdade.” (E 04)

Todas as entrevistadas estão cursando o ensino superior, e por mais que elas digam em seus discursos que a prioridade é a faculdade, ou que a sua atividade não atrapalha em outras esperas da sua vida (E 01; E 02; 04) fica notório em sua fala, a contradição entre a organização das outras atividades e o trabalho, onde o foco maior é para o trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa buscou-se conhecer os impactos do trabalho informal na subjetividade das trabalhadoras. A partir disso, no decorrer do trabalho apresentou o setor informal como uma atividade precária, por determinados fatores, como, a falta de leis trabalhistas que assegurem os trabalhadores inseridos nesse segmento. As entrevistas mostraram que o trabalho informal interfere em outros contextos da vida das trabalhadoras, pois, as mesmas, não fazem distinção do tempo destinado ao trabalho e do lazer, entretanto, umas trabalhadoras se apresentam mais conscientes do processo do que outras, como explicado na análise de dados, o tempo na atividade pode ser um fator importante para tal observação e confirmação dessa hipótese.

Importante ressaltar a dificuldade imposta pela as participantes que mesmo aceitando participar da pesquisa não tinha horários disponíveis para a mesma, e foi necessário se encaixar em curtos horários livres que elas se dispuseram a responder a entrevista semiestruturada.

A mulher se apresentou de forma precária no trabalho desde sua inserção até atualmente, porém, muitas ocorreram no decorrer do tempo, entretanto, existem vários fatores para confirmar a desigual de gênero no âmbito laboral, como o fator, delas ainda continuarem em maior número em atividades que se caracterizam como femininas, também se apresentam em maior número no trabalho informal, e ganham menos que os homens, mesmo desenvolvendo as mesmas atividades. Com isso, é visto que o capitalismo se apropria dessas desigualdades, como as sociais, sexuais, e de raça/etnia, como uma forma mais lucrativa, ou seja, a manutenção dessas desigualdades vai além de fatores sociais, como, econômicos também.

Julga-se a necessidade de uma maior investigação nesse segmento da economia tendo em vista, que já está desprovido de leis trabalhistas, e se apresentando em um número significativo no Brasil, especialmente o público feminino. Especialmente, em áreas como a psicologia, que não apresenta um aprofundamento nesse conteúdo, com escassez de literaturas e pesquisas nesse segmento da economia, ao qual a mesma se apresenta um maior foco na psicologia organizacional e gestão, e em trabalhadores formais, pois a Psicologia Social do Trabalho tem muito a contribuir na compreensão dos impactos dessa atividade na subjetividade das trabalhadoras, pois como ciência que estuda relação dos trabalhadores com o trabalho, explanaria melhor as estratégias do capitalismo para mascarar a precarização encontrada na atividade, como visto anteriormente, o discurso do empreendedorismo, do inovador, e também, o outro lado que é a discriminação e marginalização desse segmento da economia, com salários baixos e múltiplas jornadas de trabalho as trabalhadoras sofrem os impactos de várias formas e em várias esferas da sua vida.

Para a pesquisadora em questão, a pesquisa se mostrou de cunho educativo, e levantamento de maiores curiosidades sobre o tema, ao qual a mesma pretende cessar, continuando com a pesquisa, e explorando melhor o tema. Nesse sentido, o presente trabalho se apresentou relevante, visto que há escassez em literaturas sobre esse segmento da economia, tanto em teor qualitativo, como, quantitativo, ou seja, é necessário maior aprofundamento acadêmico e governamental, para buscar, pesquisas para compreender melhor essas atividades informais e serem construídas intervenções necessárias.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A.C.F. ALVES, A. K.S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: **IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf>. Acessado dia 19 de setembro de 2019.
- AIZPURU, M. RIVEIRA, A. **Manual de historia social del trabajo**. Madrid: Siglo XX. 1994.
- BAPTISTA, M. N. CAMPOS, D. C. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. LTC. 2. ed., Rio de Janeiro, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa, 1977.
- BENDASSOLLI, P.F. LIMA, F.C. Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. **Rev. Psicologia e Sociedade**, 27 (2), p.383-393. Natal, 2015.
- BOTTINI, L.M. BATISTA, R.L. O trabalho da mulher durante a revolução industrial inglesa (1780 A 1850). **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Paraná, V.01., 2013. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_hist_artigo_lucia_mamus_bottini.pdf> . Acessado em: 20 de agosto de 2019.
- CORDEIRO, C.N.M. **O perfil socioeconômico das mulheres manauaras que desenvolvem a atividade informal no entorno do UNINORTE**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC – Rio. Rio de Janeiro, 2011.
- COSTA, C.L. O tráfico de gênero. **Cadernos Pagu**, n.1, p.127-140, 2004.
- COSTA, F.A. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. Pretextos - **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**. v. 3, n. 6, jul./dez. Minas Gerais, 2018.
- COUTINHO, M.C. OLIVEIRA, F. Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: Práticas cotidianas, processos de significação e identidades. In: **Psicologia Social do Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 2017. p.81-102
- ESTEVES, E. G. BERNARDO, M.H. SATO, L. Fontes do pensamento e das práticas em psicologia social do trabalho. In: **Psicologia Social do Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 2017. p.49- 80.
- FRASER, M.T.D.; GONDIM, S.M.G. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, p.139 -152. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acessado dia 20 de março de 2019.

LIMA, J. C. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?** Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, set/dez. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/dqcDy0>>. Acessado: 01 de novembro de 2019.

MARX, K. O capital: crítica da economia política (R. Barbosa e F. R. Kothe, Trans.). **Civilização Brasileira** (Trabalho original publicado em 1867) Rio de Janeiro, 1968.

MEDEIROS, P.B. A feminização do mercado informal: inserção precarizada e desigual. **VIII Jornada internacional de políticas públicas na Universidade Federal do Maranhão**. São Luís, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/afeminizacaodomercadoinformalinsercaoprecarizadaedesigual.pdf>>. Acessado dia: 22 de agosto de 2019.

MENEZES, W.F. DEDECCA, C.S. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: Rendimentos e principais características. **Nexus Econômicos**. v. 6, n. 2. Bahia, 2012.

NEVES, D. R. et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) / Programa de Pós-Graduação em Administração. In: **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, nº 2, p.318 a 320. Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2018.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Revista brasileira de ciências sociais, Vol. 18 nº. 53. 2003, p.111- 129.

OIT- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Perspectivas sociais e de emprego no mundo: progresso global nas tendências do emprego feminino. **Oficina Internacional do Trabalho**. Genebra, 2018.

OLIVEIRA, E.N.P. **Empreendedorismo em cenário de precarização laboral: um estudo com trabalhadores de comida de rua**. Dissertação. (Mestrado) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

PEREIRA, R.S. et al. A mulher no mercado de trabalho. **II Jornada internacional de políticas públicas na Universidade Federal do Maranhão**. São Luís, 2005.

SASON, Cesar. **Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial**. Dissertação (Doutorado em sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SATO, L. COUTINHO, M.C. BERNARDO, M. H. A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. In: **Psicologia Social do Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 2017. p.11- 24.

SATO, L. Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. . In: **Psicologia Social do Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 2017. p.151-174.

SATO, L. Psicologia e trabalho: focalizando as ‘profissões ignoradas’. In B. Medrado & W. Galindo (Orgs.), **Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO** (pp. 233-250). Editora Universitária da UFPE, Recife, 2011.

SATO, L. Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In Z. A. Trindade & A. N. Andrade (Orgs.), Psicologia e saúde: um campo em construção (p. 167-178). São Paulo, 2003. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/5942130-Psicologia-saude-e-trabalho-distintas-construcoes-dos-objetos-trabalho-e-organizacoes-5.html>>. Acessado dia: 20 de outubro de 2019.

SERPA, N. C. **Modernização do trabalho numa organização pública: CELESC como estudo de caso.** 2007. 182 fl. Dissertação. (Mestre Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí, 2007)

SILVA, L.H.A. O processo de secundarização da força de trabalho feminina na segunda guerra mundial. In: **Sociedade Brasileira de Economia**. Niterói ,2018. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Nara%20Cavalcante%20Serpa.pdf>>. Acessado dia 17 de agosto de 2019.

TEIXEIRA, C.M. As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Minas Gerais, Vol. 25 n. 2, pp. 237-244, 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722009000200012&script=sci_abstract&tlng=pt > Acessado dia: 10 de agosto de 2019.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v.22, n.44, p. 203-220, 2014.